

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MPF/PRPE n.º 25/2025**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá da melhor forma a necessidade de **fornecimento de energia ininterrupta aos edifícios da PR/PE, em Recife, PRM Garanhuns, PRM Caruaru, PRM Serra Talhada e PRM Petrolina.**

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade, realizando o levantamento dos principais requisitos, sejam técnicos, legais ou de sustentabilidade, das condições do mercado, do quantitativo, das especificações do objeto e das especificidades contratuais, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### **I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Atender às solicitações contidas nos documentos PR-PE-00081028/2024 e PR-PE-00002026/2025, a fim de desenvolver uma contratação que solucione o fornecimento de energia ininterrupta aos edifícios da PR/PE, em Recife, PRM Garanhuns, PRM Caruaru, PRM Serra Talhada e PRM Petrolina.

Os documentos supracitados informam que os nobreaks dessas edificações se encontram nas seguintes condições:

1. PR/PE: os nobreaks não conseguem manter as cargas ligadas quando falta energia (problemas de bateria);
2. PRM Garanhuns: os nobreaks não conseguem manter as cargas ligadas quando falta energia;
3. PRM Caruaru: os nobreaks não conseguem manter as cargas ligadas quando falta energia;
4. PRM Serra Talhada: o nobreak encontra-se sem funcionar, em razão de problema elétrico recente;
5. PRM Petrolina - os nobreaks não conseguem manter as cargas ligadas quando falta energia.

Os documentos ainda citam que um dos nobreaks da PRM Caruaru apresenta sinais de mau funcionamento, visto que, a cada falta de energia os equipamentos nele conectados se desligam, resultando no acionamento da CTIC para o restabelecimento da rede quando do retorno da energia. Além disso, é relatado no expediente PRM-STA-PE-00000063/2025 um problema elétrico no nobreak da PRM Serra Talhada, ocorrido na data de 7/1/2025, quando foi encontrado o nobreak trifásico emitindo muito barulho e fumaça, sendo orçado o valor R\$ 17.375,00 (dezesete mil, trezentos e setenta e cinco reais) para reparo do equipamento.

Foi realizada visita técnica, pelo Analista/Perito de Engenharia Elétrica, Italo Yure Braga Arruda, aos edifícios da PR/PE, em Recife, PRM Garanhuns, PRM Caruaru, PRM Serra Talhada e PRM Petrolina, nos períodos de 17 a 20/2/2025 e 17 a 20/3/2025, quando verificou-se a situação do funcionamento dos nobreaks e estado das instalações elétricas da rede de energia ininterrupta dessas edificações. Durante a visita, ratificou-se, a partir dos relatos dos servidores, análise das instalações elétricas e indicações nos painéis dos nobreaks, que todos os equipamentos dessas unidades se encontram fora de operação ou sem autonomia para operar na ocorrência da falta de energia. Além disso, verificou-se a necessidade de executar adequações das instalações dos nobreaks para melhorar a sua segurança e funcionalidade.

### **II – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**2.1** - A referida contratação encontra-se no Plano de Contratações Anual da PRPE para o exercício de 2025, etiqueta nº PRPE-D0001/25, no Sistema de Gestão Administrativa (SGA), e está inserida no Planejamento Estratégico Institucional – PEI/MPF para os anos de 2024-2027, instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 843, de 18 de outubro de 2024, principalmente quanto ao atingimento dos seguintes objetivos:

- OE 4 - garantir processos eficientes com regras negociais disseminadas.
- OE 7 - incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável.

### III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 3.1 - Requisitos Gerais:

**3.1.1** - Para atender às necessidades da Procuradoria da República em Pernambuco serão necessários os seguintes serviços/locação:

ITEM	GRUPO/LOTE ÚNICO	GRUPO	CATSERV	UND	QTDE
<b>1</b>	<b>LOCAL: PRPE (SEDE)</b> Endereço à Av. Agamenon Magalhães, 1.800 - Espinheiro, Recife/PE - CEP 52021-170				
<b>1.1</b>	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PR-PE (Recife), conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	546	1538	UNID	01
<b>1.2</b>	Locação (outsourcing) mensal de 01 (um) nobreak trifásico online dupla conversão <b>20kVA</b> , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60
<b>1.3</b>	Locação (outsourcing) mensal de 01 (um) nobreak trifásico online dupla conversão <b>20kVA</b> , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60
<b>2</b>	<b>LOCAL: PRM CARUARU</b> Rua Professor Luis Bezerra de Vasconcelos, s/n, Bairro Universitário – Caruaru / PE – CEP: 55.014-838				
<b>2.1</b>	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Caruaru, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	546	1538	UNID	01
<b>2.2</b>	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão <b>12kVA</b> , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60
<b>2.3</b>	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão <b>10kVA</b> , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60
<b>3</b>	<b>LOCAL: PRM GARANHUNS</b> Av. Idelfonso Lopes, 174 - Heliópolis - Garanhuns / PE - CEP: 55.296-230				
<b>3.1</b>	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreak e seu banco de baterias na PRM-Garanhuns, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	546	1538	UNID	01
<b>3.2</b>	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão <b>5kVA</b> , 220V, banco de baterias com autonomia de 20 (vinte) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação	731	22233	MESES	60
<b>4</b>	<b>LOCAL: PRM SERRA TALHADA</b> Rua Enock de Carvalho, 160 - AAB - Serra Talhada - PE - CEP: 56.912-250				
<b>4.1</b>	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Serra Talhada, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	546	1538	UNID	01
<b>4.2</b>	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão <b>5kVA</b> , 220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60
<b>4.3</b>	Locação (outsourcing) de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão <b>10kVA</b> , 380/220V, banco de baterias com autonomia	731	22233	MESES	60

	de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.				
<b>5</b>	<b>LOCAL: PRM PETROLINA</b> Av. Presidente Tancredo Neves, 101, Centro - Petrolina / PE - CEP: 56.304-190				
<b>5.1</b>	Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Petrolina, conforme projeto de referência (ANEXOS A3 e A4).	546	1538	UNID	01
<b>5.2</b>	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão <b>5kVA</b> , 220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60
<b>5.3</b>	Locação (outsourcing) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão <b>10kVA</b> , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação.	731	22233	MESES	60

**3.1.2** - Os requisitos necessários e objetivos para a contratação estão definidos nas metas apresentadas a seguir. As metas são os objetivos concretos, mensuráveis. Os critérios são os indicadores utilizados para mensuração dos resultados que deverão ser alcançados.

**3.1.3** - As metas apresentadas não pretendem ser exaustivas, mas objetivam identificar as principais metas que deverão ser observadas para atingir o objetivo pretendido.

META 1 – Manutenção do funcionamento da unidade		
Critério	Medida	Observações
Período sem fornecimento de energia	Sem interrupções  (exceto para realização de manutenções preventivas)	Em razão dos equipamentos fornecerem energia a cargas consideradas críticas (switches, servidores, storages, entre outros), não serão toleradas interrupções ou desligamentos do sistema de energia ininterrupta.  Serão aplicadas glosas, mediante o instrumento de índice de medição de resultado, aos eventos de interrupção de energia do sistema.  As interrupções causadas para a realização de manutenções preventivas serão toleradas e, nesse caso, não serão aplicados os índices de medição de resultados.
Quantidade de interrupções de energia	Sem interrupções  (exceto para realização de manutenções preventivas)	Em razão dos equipamentos fornecerem energia a cargas consideradas críticas (switches, servidores, storages, entre outros), não serão toleradas interrupções ou desligamentos do sistema de energia ininterrupta.  Serão aplicadas glosas, mediante o instrumento de índice de medição de resultado, aos eventos de interrupção de energia do sistema.  As interrupções causadas para a realização de manutenções preventivas serão toleradas e, nesse caso, não serão aplicados os índices de medição de resultados.
Prazo para retorno do fornecimento de energia	24 horas ou 72 horas após a ocorrência da falha	O prazo para retorno do fornecimento de energia considera o tempo para atendimento técnico e restabelecimento do sistema ou contorno do problema.  Para as unidades da PR-PE, PRM Garanhuns e PRM Caruaru, serão toleradas até 24 horas para restabelecimento do sistema.

		<p>Para as unidades da PRM Petrolina e PRM Serra Talhada, serão toleradas até 72 horas para restabelecimento do sistema.</p> <p>Após o período de 24 ou 72 horas serão aplicadas glosas mediante índice de medição de resultados, conforme o caso.</p>
Autonomia das baterias	De 5 a 20 minutos a plena carga, conforme o caso	<p>A autonomia das baterias é determinada de forma a garantir uma autonomia mínima de funcionamento dos equipamentos alimentados até as providências adequadas, seja o desligamento apropriado dos equipamentos ou transferência do fornecimento de energia para outra fonte de alimentação.</p> <p>O banco de baterias deve manter continuamente a autonomia de 5 minutos a plena carga, por essa razão, deve-se prever testes para verificar a sua autonomia e substituição sempre que necessário.</p> <p>A autonomia do banco de baterias seguiu orientações da NOTA TÉCNICA nº 12/2018 – SEA. As autonomies foram adaptadas considerando as peculiaridades das edificações e padronizando as autonomies dos nobreaks de uma mesma edificação, conforme a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. PR-PE: autonomia de 5 (cinco) minutos para cada nobreak;</li> <li>II. PRM Garanhuns: autonomia de 20 (vinte) minutos para o nobreak;</li> <li>III. PRM Caruaru: autonomia de 5 (cinco) minutos para cada nobreak;</li> <li>IV. PRM Serra Talhada: autonomia de 15 (quinze) minutos para cada nobreak;</li> <li>V. PRM Petrolina: autonomia de 15 (quinze) minutos para cada nobreak.</li> </ul>

META 2 – Qualidade da energia		
Critério	Medida	Observações
Topologia	Online Dupla Conversão	Não poderá haver interrupção de energia para transferência da fonte de energia e a forma de onda de saída do nobreak deve ser do tipo senoidal pura.
Potência demandada (VA)	De 5 a 20kVA, conforme o caso	<p>A potência dos nobreaks foi determinada a partir do levantamento de cargas (<b>ANEXO A1</b>), medições de corrente dos alimentadores dos nobreaks e relatos dos servidores.</p> <p>O levantamento das cargas foi realizado pela CTIC/PR-PE com auxílio e revisão da DIEL/SEA/PGR.</p> <p>Foram determinadas as seguintes potências:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. PR-PE: 2 (dois) nobreaks de 20kVA;</li> <li>II. PRM Garanhuns: 1 (um) nobreak de 5kVA;</li> <li>III. PRM Caruaru: 1 (um) nobreak de 12kVA e 1 (um) nobreak de 10kVA;</li> <li>IV. PRM Serra Talhada: 1 (um) nobreak de 10kVA e 1 (um) nobreak de 5kVA;</li> </ul>

		V. PRM Petrolina: 1 (um) nobreak de 10kVA 1 (um) nobreak de 5kVA;
Nível de tensão (V)	380/200 V Trifásico ± 1%	O nível de tensão e a forma de ligação trifásica seguem os parâmetros das instalações existentes na edificação.  O nível de tensão deverá ser verificado periodicamente, durante a realização das manutenções preventivas e corretivas.  Poderá ser configurado o envio de alertas para comunicar quando os limites de tensão forem ultrapassados.
Frequência (Hz)	60 HZ	A frequência da instalação segue os parâmetros das instalações existentes na edificação.  O valor de frequência deverá ser verificado periodicamente, durante a realização das manutenções preventivas e corretivas.  Poderá ser configurado o envio de alertas para comunicar quando os limites de frequência forem ultrapassados.
Fator de potência (fp)	Fator de Potência de Entrada: 0,99  Fator de Potência de Saída: 0,9	Fator de potência conforme especificação dos modelos de nobreaks constantes deste ETP.
Distorção harmônica total da tensão de saída (TDH)	Até 3% para carga linear  até 6% para carga não linear	Distorção harmônica total conforme especificação dos modelos de nobreaks constantes deste ETP.

META 3 – Segurança da edificação e das pessoas		
Critério	Medida	Observações
Quantidade de sinistros	0 (zero)	Os sinistros são eventos que incorrem em acidentes ou prejuízo material e que tragam risco à edificação. Não é tolerada a ocorrência de tais tipos de eventos, portanto, a medida para esse critério deve ser zero.
Estado dos dispositivos de proteção	Perfeito estado de funcionamento	Os dispositivos de proteção, sejam eles disjuntores, relés, atuadores ou até mesmo a lógica de processamento dos nobreaks devem ser mantidos em perfeito estado de funcionamento para atuarem sempre que exigidos.
Estado de funcionamento das baterias	Perfeito estado de funcionamento	As baterias devem ser conservadas e operarem sem estufamentos, vazamentos ou aquecimentos, observado qualquer indicativo de falha deverão ser imediatamente substituídas.
Emissão de alertas	Contínuo (sempre que ocorrer algum evento)	Deverá ser garantido a emissão de alertas pelo sistema supervisor, sempre que ocorrer algum evento crítico ou alerta de funcionamento do sistema.  Deverá haver monitoramento remoto contínuo (24x7) do estado

		dos nobreaks.
Realização de treinamentos	Anual	Os responsáveis pela fiscalização e a equipe técnica responsável pela manutenção das instalações elétricas prediais e operação do sistema deverão receber treinamento básico para operação e conservação do sistema. O treinamento deverá ocorrer quando os nobreaks entrarem em operação e repetido com periodicidade anual.

META 4 – Conservar o patrimônio público e os recursos públicos		
Critério	Medida	Observações
Limpeza da sala	Limpeza semanal	A limpeza da sala poderá ser feita por pessoal não qualificado, desde que instruído dos cuidados necessários para realizar a limpeza próximo de equipamentos energizados.  Espera-se que a limpeza da sala seja feita por profissionais do contrato de limpeza da unidade.
Limpeza dos nobreaks	Limpeza externa mensal  Limpeza interna, conforme instruções do fabricante	A limpeza interna dos nobreaks somente poderá ser realizada por profissional técnico especializado.  A limpeza externa dos nobreaks poderá ser feita por profissional de manutenção elétrica, pertencente à equipe de manutenção elétrica/predial. Este profissional deverá receber instruções sobre os procedimentos de limpeza.
Temperatura da sala	< 25° C	Temperatura recomendada para operação e manutenção da vida útil projetada dos bancos de baterias.  Deverá ser garantida a operação contínua e ininterrupta da climatização da sala onde os nobreaks operarão.  A operação contínua e ininterrupta da climatização será de responsabilidade da empresa contratada pela prestação do serviço de manutenção predial ou de ar condicionado.
Conservação dos nobreaks	Programa de manutenção e vida útil das peças	Trata-se de manter os nobreaks em seu perfeito estado de funcionamento e operação, para isso, os nobreaks deverão cumprir o programa de manutenção do fabricante e todas as suas peças deverão observar a vida útil estimada, bem como operarem dentro dos parâmetros de qualidade de energia.
Descarte de peças	Quando necessário	Garantir a logística reversa e descarte ambientalmente adequado de todas as peças e baterias durante a vigência de todo o contrato.

META 5 – Atender às restrições orçamentárias		
Critério	Medida	Observações
Custo da contratação	R\$	Os custos deverão observar os limites de disponibilidade orçamentária da unidade.

Previsibilidade orçamentária	R\$	<p>A previsibilidade orçamentária ocorre quando os dispêndios mensais se mantêm dentro da faixa de valor esperado para pagamento.</p> <p>Alterações ou flutuações ao longo do contrato são esperados em razão de glosas por descumprimento contratual, aplicação do índice de medição de resultado ou reajustes para correção inflacionária.</p>
------------------------------	-----	--

META 6 – Assegurar a manutenção e o fornecimento de peças		
Critério	Medida	Observações
Programa de manutenção	Conforme instruções do fabricante	A solução a ser contratada deverá observar que, para garantir o perfeito funcionamento dos nobreaks durante todo o seu período de operação, o programa de conservação e manutenção preventiva do equipamento deverá ser respeitado, seguindo as instruções do fabricante.
Fornecimento de peças	Prazo de fornecimento conforme gravidade da situação	<p>Deve-se garantir durante todo o período de operação dos nobreaks que seja garantido o fornecimento de peças e baterias, a fim de manter o equipamento funcionando sem interrupções do fornecimento de energia.</p> <p>O prazo para fornecimento de peças deverá observar a gravidade da situação, além dos prazos estabelecidos para retorno do fornecimento de energia.</p>

META 7 – Assegurar atendimento técnico dentro dos prazos prescritos		
Critério	Medida	Observações
Disponibilidade para atendimento	24 x 7	O suporte técnico para atendimento de chamados deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana (24x7).
Prazo para atendimento aos chamados técnicos	Até 4 horas para início do atendimento	O atendimento técnico poderá ser presencial ou remoto. Caso seja remoto, o atendimento deverá ser suficiente para orientar uma pessoa qualificada (profissional da manutenção elétrica ou servidor, que recebeu treinamento para operação do nobreak) para restabelecer o sistema à normalidade. O atendimento remoto não dispensa a realização de visitas técnicas e manutenções conforme programa de manutenção. Todas as operações realizadas por orientação remota serão de responsabilidade da empresa responsável pela prestação do atendimento.
Quantidade de atendimentos	<p>Manutenções preventivas, conforme programa do fabricante</p> <p>Manutenções corretivas e</p>	<p>As ordens de serviço registram o atendimento para realização de manutenções preventivas e atendimentos para realização de manutenções corretivas.</p> <p>As manutenções preventivas deverão seguir a programação determinada pelo fabricante.</p>



	atendimento técnicos ilimitados	
Prazo para conclusão do atendimento	Até 24 horas, 48 horas ou 72 horas	A identificação dos problemas e a solução definitiva deverá ocorrer em, no máximo: <ul style="list-style-type: none"> <li>I. PR-PE: 24 horas;</li> <li>II. PRM Garanhuns: 48 horas;</li> <li>III. PRM Caruaru: 48 horas;</li> <li>IV. PRM Serra Talhada: 72 horas;</li> <li>V. PRM Petrolina: 72 horas.</li> </ul>
Prazo para entrega do relatório técnico	Até 5 dias úteis	A cada atendimento (preventivo, corretivo ou apoio técnico) deverá ser emitido relatório técnico descrevendo as atividades realizadas, a situação do nobreak e a necessidade de troca de peças.

#### META 8 – Compatibilidade com as instalações elétricas existentes

Critério	Medida	Observações
Intervenções ou adequações necessárias para a instalação do nobreak	Mínimo	<p>As intervenções ou adequações necessárias para a instalação do nobreak deverão ser mínimas, porém, suficientes para garantir a segurança das instalações e prover de forma adequada energia às cargas.</p> <p>Os equipamentos deverão ser compatíveis com o nível de tensão da edificação e dos equipamentos eletro-eletrônicos que serão atendidos pelos nobreaks.</p> <p>As instalações existentes deverão passar pelas adequações indicadas, conforme relatório fotográfico (<b>ANEXO A2</b>) e projeto elétrico (<b>ANEXO A3</b>) e caderno de especificações (<b>ANEXO A4</b>).</p> <p>As adequações indicadas são aquelas mínimas necessárias para corrigir ou adequar as instalações para o recebimento de novos nobreaks.</p>
Funcionamento com gerador	Compatível	<p>Os edifícios da PR-PE e PRM Caruaru dispõem de gerador que atua em regime de emergência (stand-by). Os edifícios da PRM Garanhuns, PRM Serra Talhada e PRM Petrolina não possuem gerador de emergência em suas instalações.</p> <p>Quando existente, os nobreaks deverão operar e ser compatíveis com o funcionamento do gerador.</p> <p>Para o dimensionamento da autonomia do banco de baterias considerou-se a existência ou não de gerador de emergência na unidade.</p>

#### META 9 – Facilitar a fiscalização da contratação

Critério	Medida	Observações
----------	--------	-------------



Requisitos técnicos para fiscalização	Mínimo	Em razão de apenas a unidade da PR-PE contar com servidor técnico especializado da carreira de Analista/Perito de Engenharia Elétrica, e a elevada distância entre as unidades do MPF em Pernambuco, a contratação a ser desenvolvida deverá optar pela solução mais simples de fiscalização, que não necessite o acompanhamento de equipe técnica especializada.
Quantidade de servidores para fiscalização	Mínima	A contratação deve observar que a quantidade de servidores para fiscalização deve ser a mínima possível, a fim de proporcionar economicidade na gestão dos recursos da unidade.
Quantidade de contratações	Mínima	A quantidade de contratações para atender a solução deve ser mínima, proporcionando economicidade na gestão dos recursos da unidade.

**3.1.4** - A mão de obra disponível para execução dos serviços deve ser composta de profissionais qualificados, tendo o CONTRATANTE o direito de rejeitar o emprego de qualquer profissional que não esteja de acordo com a execução deles.

**3.1.5** - A responsabilidade técnica sobre os serviços ficará a cargo da prestadora de serviços, que deverá providenciar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao CREA e/ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), devidamente registrada(o) no respectivo Conselho de Classe competente.

### 3.2 - Requisitos Legais

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

- **Lei complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006:** institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- **Lei nº 12.305/2010:** institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Decreto Federal nº 10.936/2022:** regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Decreto nº 2.783, de 17/09/1998:** dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das substâncias que destroem a camada de ozônio;
- **Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG:** dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017:** dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa nº 1, de 8 de fevereiro de 2018:** dispõe sobre os serviços de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal;
- **Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022:** estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº

14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

- **Resolução CONFEA nº 1.137, de 31 de março de 2023:** dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências;
- **Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019:** dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia e dá outras providências;
- **Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999:** estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.
- **Norma Regulamentadora nº 18 do Ministério do Trabalho:** estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
- **Portaria PGR/MPF Nº 843, de 18 de outubro de 2024:** atualiza o Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal para o período de 2024 a 2027.
- **ABNT NBR 15204:** fixa as características mínimas exigíveis de segurança e desempenho para conversor a semicondutor - sistema de alimentação de potência ininterrupta com saída em corrente alternada (nobreak) de tensão monofásico, com saída de tensão alternada, com tensão nominal até 250 V em potências de até 3 kVA; destinados a equipamentos eletrônicos, informática e telecomunicações.
- **ABNT NBR 15104:** define os termos e definições para sistemas de alimentação de potência ininterrupta (nobreaks) on-line, interativo e stand-by, que utilizam bateria como fonte de energia armazenada.
- **ABNT NBR 16156:** estabelece requisitos para proteção ao meio ambiente e para o controle dos riscos de segurança e saúde no trabalho na atividade de manufatura reversa de resíduos eletroeletrônicos.
- Normas do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- Normas Brasileiras (NBR) e as Normas Regulamentadoras (NR) pertinentes;

### 3.3 - Requisitos da natureza continuada do serviço/fornecimento

**3.3.1 -** O serviço de locação de nobreaks é essencial às atividades do órgão em razão da necessidade de manter ininterruptamente energizados os equipamentos de telecomunicações e informática, em especial aqueles instalados no CPD. Na falta de energia a esses equipamentos o acesso aos sistemas de informática será interrompido e, conseqüentemente, paralisa as atividades da instituição e compromete a prestação do serviço público, podendo até acarretar a perda de prazo de processos judiciais.

**3.3.2 -** Uma vez que os equipamentos de informática devem permanecer continuamente energizados e as atividades do órgão não podem ser paralisadas, também o serviço de locação dos nobreaks deverá ser realizado de forma contínua.

**3.3.3 -** A descontinuidade da contratação implica a necessidade de desinstalação dos nobreaks, desenergização dos equipamentos de informática, interrupção do acesso aos sistemas de informática e, por fim, paralisação das atividades do órgão.

**3.3.4 -** Os nobreaks são equipamentos de alto valor, de peso e volume elevados para transporte e o serviço de instalação e desinstalação deve ser realizado por equipe técnica especializada com uso

de ferramental adequado, esses fatores impactam no valor de contratação. Caso o serviço não seja realizado de forma contínua, aumentará os custos na prestação do serviço e trará prejuízos ao funcionamento do órgão público.

**3.3.5** - Do exposto, o caráter contínuo da contratação tem como objetivos ampliar a disputa licitatória, reduzir os custos da contratação, reduzir as interrupções de energia aos equipamentos de informática e manter o funcionamento contínuo das atividades da instituição.

**3.3.6** - O serviço de locação de nobreaks também contempla a realização de serviços de manutenção, fornecimento de peças e suporte técnico contínuo (24x7) desses equipamentos, por essa razão, entende-se que se enquadra como contratação de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal, conforme prescreve o Art. 1º, inciso XXVI da Instrução Normativa SG/MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, in verbis:

*"Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:*

*(...)*

*XXVI. Manutenção de no-break e grupo gerador;*

**3.3.7** - Conforme o inciso XV, art. 6º, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelas características já expostas, os serviços previstos nesta contratação se enquadram como serviços contínuos:

*"XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;"*

**3.3.8** - Sugere-se um prazo de contratação de 60 meses, pois o objeto da contratação constitui de equipamentos de elevado peso e volume, que serão transportados para cinco diferentes cidades, distantes até 715 km entre elas, que demandam serviço especializado para sua instalação e que exigem o desligamento das instalações elétricas, portanto, em razão desses critérios, e visando diminuir os riscos às instalações elétricas e reduzir as interrupções das atividades e serviços das unidades do MPF em Pernambuco, avalia-se que não é vantajosa a realização de uma contratação de locação inferior a esse período. Além disso, este prazo visa reduzir o valor mensal de aluguel dos nobreaks, uma vez que é esperado que o custo mensal de aluguel seja inversamente proporcional ao período de aluguel determinado em contrato.

**3.3.9** - Enfatiza-se que uma contratação mais longa propicia uma maior diluição dos custos iniciais de contratação, de forma que a proponente possa melhorar sua margem mensal de retorno e repassar à Administração um valor mais competitivo, ante uma contratação de 12 meses, ou seja, um maior período inicial permite que a CONTRATADA possa melhor amortizar seus custos iniciais e fazer proposta mais vantajosa. Para mais, vislumbra-se a possibilidade de uma parceria mais duradoura, com maior estabilidade, que resulte em benefícios econômicos e operacionais para o órgão.

**3.3.10** - Considerando essas vantagens operacionais (realizar menos processos de prorrogação e, assim, obter maior eficiência dos recursos humanos) e econômicas (possibilidade de redução dos custos mensais devido ao maior prazo para diluir o investimento inicial), bem como a característica do serviço (não é recomendada uma alta rotatividade de empresas na prestação dos serviços), sugere-se que a vigência inicial seja de **05 (cinco) anos**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 anos, com base no artigo 107, da Lei 14.133, de 2021.

### 3.4 - Requisitos Temporais

**3.4.1** - O serviço de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** deve ser executado em datas agendadas com a FISCALIZAÇÃO, no horário de expediente das Unidades Ministeriais (08 às 18h).

**3.4.1.1** - A Manutenção Preventiva também poderá ser executada fora do expediente normal das unidades, desde que a FISCALIZAÇÃO solicite previamente, ou a empresa CONTRATADA firme acordo com a FISCALIZAÇÃO, por intermédio de notificação oficial. As manutenções preventivas deverão seguir a programação determinada pelo fabricante.

**3.4.2** - A **MANUTENÇÃO CORRETIVA** deverá ser prestada pela empresa CONTRATADA, mediante chamado telefônico ou correio eletrônico, por ele indicado, dentro dos seguintes limites:

**3.4.2.1** - O suporte técnico para atendimento de chamados deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana (24x7);

**3.4.2.2** - A identificação dos problemas e a solução definitiva deverá ocorrer em, **no máximo**:

**PR-PE: 24 horas;**

**PRM Garanhuns: 48 horas;**

**PRM Caruaru: 48 horas;**

**PRM Serra Talhada: 72 horas;**

**PRM Petrolina: 72 horas.**

**3.4.3** - A cada atendimento (preventivo, corretivo ou apoio técnico) deverá ser emitido relatório técnico descrevendo as atividades realizadas, a situação do nobreak e a necessidade de troca de peças, em até 05 (cinco) dias úteis;

**3.4.4** - Os responsáveis pela fiscalização e a equipe técnica responsável pela manutenção das instalações elétricas prediais e operação do sistema deverão receber treinamento básico para operação e conservação do sistema. O treinamento deverá ocorrer quando os nobreaks entrarem em operação e repetido com periodicidade anual.

### **3.5 - Requisitos de Segurança**

**3.5.1** - Comunicar às Unidades Ministeriais, nas pessoas dos fiscais do contrato, os horários de execução dos serviços de manutenção preventiva, mediante informação dos dados da empresa, de seu responsável, e dos demais funcionários, que deverão estar devidamente uniformizados e identificados, munidos de todo equipamento individual de segurança necessário.

**3.5.2** - As proteções, sinalizações e fechamentos necessários à execução dos serviços, ficarão a cargo da CONTRATADA, sendo responsável por qualquer prejuízo ou dano causado a pessoas ou ao patrimônio de terceiros, devendo os procedimentos e materiais - placas de sinalização e/ou cavaletes de proteção - estarem de acordo com a ABNT 16083/2012.

**3.5.3** - Os serviços deverão obedecer rigorosamente às normas pertinentes ao objeto da contratação;

**3.5.4** - Todos os materiais empregados nos serviços serão novos, com garantia, comprovadamente de primeira qualidade e satisfarão rigorosamente às normas técnicas da ABNT e demais normas e manuais aplicáveis.

**3.5.5** - À empresa CONTRATADA caberá a responsabilidade das execuções dos serviços objeto da contratação, bem como a utilização de equipamentos essenciais para realização dos serviços, inclusive os que garantam a segurança de seu pessoal (EPIs) e o fornecimento de todo o material e equipamentos necessários.

**3.5.6** - Correrá por conta exclusiva da empresa CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer

acidentes de trabalho durante a execução dos serviços contratados.

**3.4.7** – Os demais requisitos de segurança **estão previstos na Meta 3** dos requisitos gerais, no quadro de requisitos gerais.

**3.4.8** - As PARTES se comprometem a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

### 3.6 - Requisitos Técnicos

**3.6.1 – Ver as Metas 2 e 6** dos Requisitos Gerais.

### 3.7 - Requisitos de Garantia Contratual

**3.7.1** - Segundo a Lei nº 14.133/2021:

*"Art. 98 - Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos."*

**3.7.2** - Conforme a 4ª Edição da Revista Atualizada e Ampliada Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU:

*"É facultado à Administração exigir prestação de garantia nas contratações de bens, obras e serviços, de modo a assegurar plena execução do contrato e a evitar prejuízos ao patrimônio público. Antes de estabelecer no edital exigência de garantia, deve a Administração, diante da complexidade do objeto, avaliar se realmente é necessária ou se servirá apenas para encarecer o objeto."*

**3.7.3** - Levando-se em conta os seguintes fatores:

- Há discricionariedade por parte da administração quanto à exigência ou não de garantia;
- Deverá ser analisada a complexidade do objeto;

**3.7.4** - Assim, ante a baixa complexidade do objeto, **não será exigida garantia contratual.**

### 3.8 - Requisitos de qualificação técnica

**3.8.1** - Registro ou inscrição, pertinente e atualizado, da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao respectivo Conselho de Classe competente (CREA, CAU ou CRT).

**3.8.1.1** - Para os fins de contratação, caso a licitante vencedora esteja registrada ou inscrita no CREA, CAU ou CRT de unidade federativa que não seja Pernambuco, deverá providenciar o visto no respectivo Conselho de Classe no Estado de PE, conforme os dispositivos constantes da Resolução CONFEA nº. 1007/2003.

**3.8.2 - Capacidade Técnico-Operacional** - comprovação pelo licitante, na data prevista para a entrega da proposta, de possuir capacidade técnica operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta contratação direta, ou seja, **Certidão de Acervo Operacional - CAO**, emitida pelo respectivo Conselho de Classe competente (CREA, CAU ou CRT), que comprove a anterior execução por parte da empresa de serviços que reúna características e quantidades similares ao objeto desta contratação direta, qual seja:

- **Serviço de locação de nobreak trifásico com potência mínima de 10 kVA por um prazo mínimo de 12 meses contínuos; ou**

Av. gov. Agamenon Magalhães, n.º 1.800, bairro do Espinheiro, em Recife/PE – Fone/fax: (81) 2125.7303

- **Fornecimento de nobreak trifásico com potência mínima de 10 kVA conjunto com serviço de manutenção por um prazo mínimo de 12 meses contínuos.**

**3.8.2.1** - Alternativamente para comprovar a capacidade Técnico-Operacional, o licitante poderá apresentar um ou mais atestado(s), expedido(s) por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, que demonstre a anterior execução por parte da empresa de serviços semelhantes ao objeto desta contratação direta. Os atestados deverão ser acompanhados do documento de responsabilidade técnica (ART/RRT/TRT) devidamente registrado no respectivo Conselho de Classe competente (CREA/CAU/CRT), do profissional que foi responsável pelos serviços.

**3.8.3 - Capacidade Técnico-profissional** - comprovação pelo licitante, na data prevista para a entrega da proposta, em possuir profissional contratado ou integrante de seu quadro permanente, devidamente habilitado pelo respectivo Conselho de Classe competente e detentor de responsabilidade técnica pela execução de obra ou serviço de características e quantidades compatíveis ao objeto desta licitação, ou seja, Certidão de Acervo Técnico do profissional - CAT, emitida pelo respectivo Conselho de Classe competente, que comprove a anterior execução de serviços, que reúna características similares, qual seja:

- **Serviço de manutenção de nobreak trifásico com potência mínima de 10 kVA por um prazo mínimo de 12 meses contínuos.**

**3.8.3.1** – A comprovação do vínculo dos profissionais com o licitante dar-se-á mediante: (A) apresentação da CTPS do profissional, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso do profissional ser funcionário do licitante; ou (B) apresentação do contrato social e/ou ata de eleição da diretoria, no caso do profissional pertencer ao quadro societário do licitante; ou (C) apresentação do contrato de prestação de serviços ou (D) declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, quando o profissional não for integrante do quadro permanente do licitante.

**3.8.3.2** – O(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante, para fins de comprovação de capacitação técnica, deverá(ão) ser o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução do objeto, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela Administração.

**3.8.4** - Declaração, assinada pelo responsável técnico da empresa, de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

### **3.9 - Requisitos de qualificação econômica**

**3.9.1** - Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício do 2 (dois) últimos exercícios sociais (art. 69, I, Lei 14.133), já exigíveis e apresentados na forma da lei.

**3.9.1.1** - O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado.

**3.9.1.2** - É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios.

**3.9.1.3** - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, devidamente registrado.

**3.9.1.3.1** – Além do balanço de abertura, as empresas constituídas no exercício social vigente devem apresentar o balancete referente ao mês imediatamente anterior à data da abertura da sessão pública;



**3.9.1.4** – Para efeito de verificação das datas de validade do Balanço e indicadores, será considerada a situação na data prevista para a abertura da sessão pública deste Pregão.

**3.9.2** – Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar que o fornecedor possui boa situação financeira, com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), mediante demonstração contábil dos dois últimos exercícios sociais da empresa, que deverão ser maiores que 01 (um), por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} \quad \text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{SOLVÊNCIA GERAL} \quad \text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} \quad \text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**3.9.3** – Deverá comprovar possuir **Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro** (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, **6% (seis por cento)** do valor estimado da proposta da licitante, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais da empresa.

**3.9.3.1** - O percentual de 6% funciona como uma margem de segurança. Ao comprovar um PL significativo em relação ao valor do contrato, a empresa demonstra que não depende exclusivamente dos pagamentos do próprio contrato para se manter e que possui solvência para enfrentar eventuais imprevistos, atrasos de pagamento ou custos adicionais, reduzindo o risco de falência ou de abandono da execução. Ademais, a empresa contratada precisará ter recurso para comprar de imediato os nobreaks e também fazer a readequação elétrica nas unidades, pra só depois receber mês a mês o valor mensal do aluguel.

**3.9.4** – Deverá comprovar possuir um **patrimônio líquido** igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor total estimado para o objeto (art. 69, §4, Lei 14.133). Tal comprovação será feita por meio da apresentação do balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais da empresa, devidamente arquivado na forma da lei.

**3.9.5** – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede a pessoa jurídica há, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura desta contratação direta, abrangendo os processos judiciais físicos e eletrônicos, no que couber.

**3.9.5.1** – Caso a licitante apresente-se em recuperação judicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme termos do Acórdão 1201/2020 TCU.

**3.9.6** – Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

### **3.10 - Requisitos de Sustentabilidade Ambiental, Econômica e Social (no que couber)**

#### **3.10.1 - Perspectiva Ambiental**

**A)** Os possíveis impactos ambientais com a contratação são:

- Consumo excessivo e desnecessário de energia elétrica por falta de monitoramento ou diagnóstico das instalações ou por utilização de materiais ou equipamentos com elevado



consumo;

- Contaminação ou liberação de substâncias nocivas por armazenagem, transporte ou descarte inadequado de componentes, pilhas, baterias e óleo lubrificante de máquinas.

**B)** As medidas para evitar os possíveis impactos ambientais, conforme previsto no item 10.3 Manutenção Predial, subitem 10.3.1 Energia Elétrica do Guia de Contratações Sustentáveis do MPF:

- *realizar levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações elétricas e propor alterações necessárias para redução do consumo;*
- *Especificação de equipamentos e aparelhos que possuam o Selo Procel (Programa de Conservação de Energia Elétrica). O selo garante que o produto esteja entre os mais eficientes do mercado, ou seja, que gaste menos energia elétrica. Os equipamentos (fornecidos ou utilizados pela Contratada) deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis nas dependências do CONTRATANTE e mantidos em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações civis e/ou hidráulicas e/ou elétricas da CONTRATANTE. Deverão, ainda, ser de reduzido consumo de energia e possuir fiação elétrica segura e em tamanho suficiente para seu uso adequado.*
- *Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas internas da Procuradoria da República em Pernambuco relativa à segurança e proteção ambiental, bem como as constantes de disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes.*
- *É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de qualquer natureza, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso;*
- *Atender, no que lhe couber, as disposições previstas na Lei nº 12.305/2010, de 02 de agosto de 2010, (Política Nacional dos Resíduos Sólidos), e no Decreto nº 7.404/2010, de 23 de dezembro de 2010, que a regulamenta; sob pena de, independentemente da existência de culpa, ser obrigada a reparar eventuais danos causados, sem prejuízo das sanções cíveis e penais previstas em lei, em especial daquelas fixadas na Lei 9.605/1998, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências;*
- *Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a política de descarte do CONTRATANTE;*
- *Proceder ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de pilhas, baterias e lâmpadas, conforme a Resolução Conama nº 401, de 4 de novembro de 2008, e a política de descarte do CONTRATANTE;*
- *Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica,*

*observadas as normas vigentes e a política socioambiental do órgão;*

- *A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, a fim de adotar as práticas sustentáveis no fornecimento dos bens e serviços.*
- *Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.*

### **3.10.2 - Perspectiva Econômica**

Para esta contratação não será utilizado o regramento contido no art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, a respeito da participação exclusiva das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos processos licitatórios destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que o valor orçado supera o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao ano. Além disto, a reserva de cota de 25%, da qual trata o art. 48, inciso III, da mesma lei, não é vantajosa para a Administração, uma vez que restringe a eficiência e segurança da gestão contratual, além da perda da economia de escala, conforme o **subitem 9.2**. Por outro lado, será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, pelo critério de desempate, na forma dos arts. 44 e 45 da lei 123/2006.

### **3.10.3 - Perspectiva Social**

**3.10.3.1** - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do MPF. O fornecedor deverá declarar:

- a)** Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 38 e 39 da Lei 12.288/2010;
- b)** Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;
- c)** Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170º da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), e no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nºs 29 e 105.

## **3.11 – LOGÍSTICA REVERSA**

**3.11.1** - É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de quaisquer naturezas, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso.

**3.11.2** - A CONTRATANTE reserva-se o direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação aos resíduos após o uso, caso julgue mais conveniente para a Administração.

### 3.12 – DESFAZIMENTO DOS NOBREAKS PERTENCENTES À CONTRATANTE

**3.12.1** - A CONTRATANTE será responsável pelo devido procedimento de desfazimento dos bens patrimoniais existentes, em atendimento às determinações contidas na IN nº 009/2019/MPF/SG/SA, do Decreto Federal nº 9.373, de 11 de maio de 2018, e da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**3.12.2** - O desfazimento dos nobreaks disponibilizados durante a vigência do contrato, será de responsabilidade da empresa CONTRATADA, observando-se o disposto no **subitem 3.11.1**.

### 3.13 - DA VISTORIA

**3.13.1** - As empresas interessadas em participar PODERÃO vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e nível de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto ao(s) seguinte(s) setor(es):

UNIDADE MINISTERIAL	SETOR/SERVIDOR	TELEFONE/E-MAIL
PRPE Avenida Agamenon Magalhães, 1800, bairro Espinheiro, Recife/PE – CEP 52.021-170	Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais (Flávio Koji Hiramine ou substituto)	(81) 2125-8958 E-mail: <a href="mailto:flaviokoji@mpf.mp.br">flaviokoji@mpf.mp.br</a>
PRM CARUARU Rua Professor Luis Bezerra de Vasconcelos, s/n, Bairro Universitário – Caruaru / PE – CEP: 55.014-838	Coordenadoria Administrativa (Joel Ferreira de Andrade ou substituto)	(81) 2121-1500 E-mail: <a href="mailto:joelandrade@mpf.mp.br">joelandrade@mpf.mp.br</a>
PRM GARANHUNS/ARCOVERDE Av. Idelfonso Lopes, 174 - Heliópolis - Garanhuns / PE - CEP: 55.296-230	Coordenadoria Administrativa (Tamires Neves Soares ou substituto)	(81) 2121-1520 E-mail: <a href="mailto:tamiresneves@mpf.mp.br">tamiresneves@mpf.mp.br</a>
PRM SERRA TALHADA Rua Enock de Carvalho, 160 - AABB - Serra Talhada - PE - CEP: 56.912-250	Coordenadoria Administrativa (Fabiano Antunes de Oliveira ou substituto)	(81) 2121-1586 E-mail: <a href="mailto:fabianoantunes@mpf.mp.br">fabianoantunes@mpf.mp.br</a>
PRM POLO PETROLINA/JUAZEIRO Av. Presidente Tancredo Neves, 101, Centro - Petrolina / PE - CEP: 56.304-190	Coordenadoria Administrativa (Francisco de Assis Freitas Sobrinho ou substituto)	(87) 2121-1540 E-mail: <a href="mailto:franciscofs@mpf.mp.br">franciscofs@mpf.mp.br</a>

**3.13.1.1** – A licitante deve se comprometer a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da visita.

**3.13.1.2** – **Independente da opção pela realização ou não da vistoria**, o licitante deverá **apresentar declaração formal**, assinada pelo responsável técnico da empresa, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo de declaração de

conhecimento das condições do local constante no Edital de Licitação ou Aviso de Dispensa.

**3.13.1.3** – A empresa que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta incorrerá em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

### 3.14 - Outros requisitos aplicáveis

**3.14.1** – Em conformidade com o art. 63, § 2º, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**3.14.2** – O edital de licitação deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**3.14.3** - Se os licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a Administração deverá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados.

**3.14.4** – A CONTRATADA deverá manter preposto junto à CONTRATANTE, aceito pela respectiva Fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente na execução do contrato, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante comunicação formal.

**3.14.5** - As PARTES se comprometem a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

## IV – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

**4.1** - As quantidades a serem contratadas foram determinadas conforme:

- ANEXO A1 - Levantamento de cargas;
- ANEXO A2 - Relatório fotográfico
- ANEXO A3 - Projeto elétrico;
- ANEXO A4 - Caderno de Especificações e Encargos.

## V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

**5.1** - Estabelecida a necessidade, as metas (**subitem 3.1.3**) e seus critérios, essa etapa do estudo propõe levantar diferentes propostas de soluções para se alcançar o resultado desejado. Propõe-se as seguintes alternativas de solução:

Levantamento das soluções	
Alternativa	Proposta
1	Realizar duas contratações distintas: 1) Contratação para fornecimento e instalação dos nobreaks e adequação das instalações elétricas das unidades

	do MPF em Pernambuco e 2) contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos nobreaks das unidades do MPF em Pernambuco.
2	Realizar uma única contratação para o serviço de instalação e locação ( <i>outsourcing</i> ) de nobreaks e adequação das instalações elétricas das unidades do MPF em Pernambuco.

## 5. 2 - ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

### Atendimento à Meta 1 – Manutenção do funcionamento da unidade

A solução 1 é capaz de atender a meta 1 com ressalvas, pois, em situações específicas, o prazo máximo sem fornecimento de energia pelos nobreaks, e até mesmo o prazo para restabelecimento da energia, podem não ser atendidos. Isso pode acontecer nos casos em que surge uma falha cujo diagnóstico preciso dependa de envio do nobreak ao laboratório da fabricante ou empresa credenciada, ou mesmo nos casos em que o conserto dependa da aquisição de uma peça exclusiva do fabricante e que necessite ser importada e/ou esteja em descontinuidade. Em qualquer das situações, haverá longo período de indisponibilidade de energia, prejudicando gravemente o funcionamento da instituição.

A solução 2 é capaz de atender à meta 1 sem ressalvas pois, nos casos citados acima para a solução 1, a empresa poderá simplesmente instalar um novo nobreak no lugar do nobreak em falha, mantendo assim a disponibilidade de energia e o funcionamento da instituição. Para que isso ocorra, a contratação deverá prever no Índice de Medição de Resultado a aplicação de glosas no caso da ocorrência de indisponibilidade de energia resultante de falha dos nobreaks.

O prazo para retorno do fornecimento de energia deverá ser avaliado a partir da capacidade das empresas em prestar o atendimento e solução dos problemas dentro dos prazos estabelecidos, caso o prazo para a solução dos problemas seja inexecutável, a contratação poderá fracassar pela ausência de empresas capazes de prestar o atendimento dentro dos requisitos estabelecidos ou o valor da contratação tornar-se demasiadamente elevado. Por esse motivo, elevou-se os prazos de atendimento para as PRMs de Serra Talhada e Petrolina por estarem localizadas em regiões mais distantes da capital do estado (Recife), onde se infere existir uma maior quantidade de empresas capazes de atender à solução.

A medida de autonomia das baterias deve observar os requisitos da NOTA TÉCNICA nº 12/2018 – SEA, bem como a disponibilidade ou não de um gerador na edificação, posto que esse impacta nos tempos estabelecidos para autonomia das baterias.

Nas unidades que não dispuserem de gerador de emergência, os nobreaks devem possuir recursos de proteção do seu banco de baterias para os eventos de longos períodos de falta de energia pela concessionária, além do limite de autonomia do banco de baterias, quando as baterias esgotam toda a sua energia acumulada e param de fornecer energia às cargas.

Nas unidades que dispõem de gerador, é essencial que esse equipamento opere sempre que demandado e seja acionado de forma automática, sem intervenção humana, e que sejam realizadas manutenções periódicas e testes de falta de energia a fim de verificar o seu correto funcionamento.

### Atendimento à Meta 2 – Qualidade da energia

As duas soluções são capazes de atender à Meta 2. Para o atendimento a esta meta, a contratação deverá descrever de forma detalhada as especificações dos nobreaks. A especificação deverá ser baseada em equipamentos existentes no mercado e não deverá ser demasiadamente restrita a fim de aumentar a competitividade do processo licitatório.

### Atendimento à Meta 3 – Segurança da edificação e pessoas

As duas soluções são capazes de atender à Meta 3. A fim de assegurar o atendimento à presente meta, a contratação deverá estabelecer a necessidade de manutenção e conservação dos nobreaks em perfeito estado de funcionamento.

A contratada deverá garantir a emissão de alertas pelo sistema supervisório e o monitoramento remoto do estado do nobreak. A comunicação para envio de alertas e monitoramento também será de responsabilidade da contratada, podendo ser feita por rede privada de internet ou celular.

Por fim, a contratação deverá prever a realização de treinamentos anuais à fiscalização e equipe técnica responsável pela manutenção das instalações elétricas prediais.

### Atendimento à Meta 4 – Conservar o patrimônio público e os recursos públicos

As duas soluções são capazes de atender à Meta 4. Para garantir que esta meta seja atingida, necessita-se da prestação de serviços de limpeza predial, para limpeza das salas, e de manutenção das instalações elétricas, para limpeza externa dos nobreaks. Para atender ao critério de temperatura da sala, é essencial que o ar condicionado das salas opere de forma contínua e ininterrupta, dessa forma, a conservação dos equipamentos de climatização é imprescindível para se atingir esta meta. A contratação ainda deverá determinar a responsabilidade pela conservação dos nobreaks, sua manutenção, substituição de peças e baterias, conforme instruções do fabricante, e manutenção dos parâmetros de qualidade de energia.

### Atendimento à Meta 5 – Atender às restrições orçamentárias

A Solução 2 tem se mostrado de menor custo comparada à Solução 1, conforme estudos de contratações semelhantes realizadas pelo MPF. A tabela abaixo mostra o cenário de duas contratações do MPF em que a solução 2 foi mais vantajosa financeiramente:

PGEA	Destaque do objeto	ETP	Valor Solução 1 no ETP	Valor Solução 2 no ETP
------	--------------------	-----	------------------------	------------------------



1.00.000.023054/2022-10	Locação nobreaks de 30kVA e 6kVA para PR-AP	PGR-00364355/2022	R\$ 238.619,66	R\$ 236.563,63
1.00.000.008392/2023-02	Locação nobreaks de 175kVA, 80kVA, 30kVA, 6kVA e 2,2kVA para PGR	<a href="#">PGR-00144103/2023</a>	R\$ 2.452,296,83	R\$ 1.649,665,97

Para a análise de custos de todos os estudos citados, foi utilizado um prazo de contratação de 48 meses. Por se tratar de um equipamento de elevado peso e volume, que não tem ampla disponibilidade no mercado local, que demanda serviço especializado para sua instalação e que exige o desligamento das instalações elétricas, avalia-se que não é vantajosa a realização de uma contratação de locação inferior a esse período.

Outra vantagem da solução 2 em relação à solução 1 é a maior previsibilidade dos custos de contratação em razão de não haver custos adicionais com eventuais trocas de peças e de baterias e realização de manutenções corretivas, sendo todos esses custos de responsabilidade e incorporados pela contratada, além de evitar processos longos e demorados para aquisição de peças. Outro ponto de vantajosidade é que não há o provisionamento de elevado valor para aquisição de novos nobreaks.

#### **Atendimento à Meta 6 – Assegurar a manutenção e o fornecimento de peças**

A Solução 1 é capaz de atender à Meta 6 com ressalvas, em razão dos trâmites e prazos internos para aprovação da aquisição de peças, podendo prejudicar o atendimento à Meta 6.

A Solução 2 é capaz de atender à Meta 6 sem ressalvas.

Para atendimento a esta meta, a contratação deverá prever que seja observado o programa de conservação e manutenção preventiva do equipamento, conforme instruções do fabricante, e assegurar o fornecimento de peças durante todo o período da contratação.

#### **Atendimento à Meta 7 – Assegurar atendimento técnico dentro dos prazos prescritos**

Para assegurar o atendimento à presente meta, seus critérios e medidas deverão estar estabelecidos em contrato. Ressalta-se que ainda que seja desejável a maior disponibilidade possível do nobreak sem qualquer interrupção de energia, deve-se avaliar a capacidade de atendimento das empresas dentro dos prazos estabelecidos. Prazos para atendimento e resoluções dos problemas demasiadamente curtos podem tornar a licitação deserta ou fracassada, levar a inexecução contratual ou a uma contratação excessivamente onerosa. Portanto, esses prazos devem ser avaliados conforme a capacidade de atendimento das empresas e o limite de interrupção das atividades desenvolvidas pela



unidade.

A solução 1 atende a meta 7 com ressalvas pois, em situações específicas, o prazo estipulado para conclusão do atendimento pode não ser atendido. Isso pode acontecer nos casos em que surge uma falha cujo diagnóstico preciso dependa de envio do nobreak ao laboratório da fabricante ou credenciado e até mesmo nos casos em que o conserto dependa da aquisição de uma peça exclusiva do fabricante e que necessite ser importada e/ou esteja em descontinuidade. Para contornar tal situação, seria necessário um nobreak substituto, no entanto, o processo de compra e substituição do nobreak pela administração pública exige maior tempo devido aos trâmites e prazos internos.

A solução 2 é capaz de atender a meta 7 sem ressalvas pois, nos casos citados acima para a solução 1, a empresa poderá simplesmente instalar, imediatamente e sem custos para a administração, um novo nobreak para substituir o nobreak em falha, mantendo assim a disponibilidade de energia e o funcionamento da instituição.

#### **Atendimento à Meta 8 – Compatibilidade com as instalações elétricas existentes**

As duas soluções são capazes de atender à Meta 8. Esta meta deve estar alinhada com a Meta 2 – Qualidade da energia –, dessa forma, a contratação deverá descrever de forma detalhada as especificações dos nobreaks para atingir a compatibilidade necessária com as instalações elétricas existentes.

As adequações a serem realizadas nas instalações elétricas estão descritas no Projeto elétrico (**ANEXO A3**) e Caderno de especificações e encargos (**ANEXO A4**). Essas adequações deverão ser realizadas qualquer que seja a solução escolhida.

#### **Atendimento à Meta 9 – Facilitar a fiscalização da contratação**

A Solução 2 atende a todos os critérios desta meta. Caso opte-se pela Solução 1, os servidores da fiscalização deverão ser capacitados para avaliar o cumprimento do programa de manutenção e qualidade das manutenções realizadas.

A Solução 2 simplifica os critérios de cumprimento dos requisitos da contratação, os critérios deixam de ser baseados na avaliação da qualidade dos serviços de manutenção e atendimento ao programa de manutenção e passam a fundamentar-se na disponibilidade do fornecimento de energia pelos nobreaks.

A simplificação da avaliação do grau de atingimento dos requisitos contratuais reduz a quantidade de horas despendidas para fiscalização.

Por fim, a Solução 2 exige a realização de uma única contratação, serviço de locação de nobreaks, enquanto a Solução 1 exige a realização de duas contratações, uma para o fornecimento dos nobreaks e outra para o serviço de manutenção.

### **5.3 - DA DEFINIÇÃO DA MELHOR ALTERNATIVA**

Das análises nos parágrafos anteriores, pode-se concluir que a alternativa que atende plenamente as metas estabelecidas é a de nº 2: **Realizar uma única contratação para o serviço de**

**instalação e locação (*outsourcing*) de nobreaks e adequação das instalações elétricas das unidades do MPF em Pernambuco.**

## VI – ESTIMATIVA DO PREÇO

**6.1** - Os serviços pesquisados estão de acordo com as especificações e requisitos da contratação.

**6.2** - Os valores estimados para a contratação dos serviços propostos são:

SERVIÇO	(A) QTDE. OCORRÊNCIAS	(B) VALOR PREVISTO OCORRÊNCIA	SUBTOTAL PREVISTO (A x B)
<b>Item 1</b> - Locação ( <i>outsourcing</i> ) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão <b>20kVA</b> , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na <b>PR-PE (Recife)</b> .	60 MESES	R\$ 3.375,00	R\$ 202.500,00
<b>Item 2</b> - Locação ( <i>outsourcing</i> ) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão <b>20kVA</b> , 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na <b>PR-PE (Recife)</b> .	60 MESES	R\$ 3.375,00	R\$ 202.500,00
<b>Item 3</b> - Locação ( <i>outsourcing</i> ) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão <b>5kVA</b> , 220V, banco de baterias com autonomia de 20 (vinte) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na <b>PRM-Garanhuns</b> .	60 MESES	R\$ 1.575,00	R\$ 94.500,00
<b>Item 4</b> - Locação ( <i>outsourcing</i> ) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 12kVA, 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na PRM-Caruaru.	60 MESES	R\$ 2.875,00	R\$ 172.500,00
<b>Item 5</b> - Locação ( <i>outsourcing</i> ) mensal	60 MESES	R\$ 2.925,00	R\$ 175.500,00

de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 10kVA, 380/220V, banco de baterias com autonomia de 5 (cinco) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na PRM-Caruaru.			
<b>Item 6</b> - Locação ( <i>outsourcing</i> ) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão 5kVA, 220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na PRM-Serra Talhada.	60 MESES	R\$ 1.875,00	R\$ 112.500,00
<b>Item 7</b> - Locação ( <i>outsourcing</i> ) de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 10kVA, 380/220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na PRM-Serra Talhada.	60 MESES	R\$ 3.075,00	R\$ 184.500,00
<b>Item 8</b> - Locação ( <i>outsourcing</i> ) mensal de 1 (um) nobreak monofásico online dupla conversão 5kVA, 220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na PRM-Petrolina.	60 MESES	R\$ 2.025,00	R\$ 121.500,00
<b>Item 9</b> - Locação ( <i>outsourcing</i> ) mensal de 1 (um) nobreak trifásico online dupla conversão 10kVA, 380/220V, banco de baterias com autonomia de 15 (quinze) minutos a plena carga, monitoramento remoto 24x7 e desinstalação ao final do período de locação. A ser instalado na PRM-Petrolina.	60 MESES	R\$ 3.475,00	R\$ 208.500,00
<b>Item 10</b> - Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PR-PE (Recife), conforme projeto de referência ( <b>ANEXOS A3 e A4</b> ).	1 UN	R\$ 6.158,17	R\$ 6.158,17
<b>Item 11</b> - Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreak e seu banco de baterias na PRM-Garanhuns, conforme	1 UN	R\$ 4.550,80	R\$ 4.550,80

projeto de referência ( <b>ANEXOS A3 e A4</b> ).			
<b>Item 12</b> - Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Caruaru, conforme projeto de referência ( <b>ANEXOS A3 e A4</b> ).	1 UN	R\$ 1.730,72	R\$ 1.730,72
<b>Item 13</b> - Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Serra Talhada, conforme projeto de referência ( <b>ANEXOS A3 e A4</b> ).	1 UN	R\$ 5.620,15	R\$ 5.620,15
<b>Item 14</b> - Serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias na PRM-Petrolina, conforme projeto de referência ( <b>ANEXOS A3 e A4</b> ).	1 UN	R\$ 7.287,22	R\$ 7.287,22

**6.3** - A contratação está estimada para um prazo de **60 meses (5 anos)**, podendo ser prorrogada sucessivamente até o limite máximo de 10 anos.

**6.4** - Os valores dos itens 1 a 9 foram determinados por meio de pesquisa de preços de empresas especializadas no estado de Pernambuco, conforme Relatório de Pesquisa de Preços e Mapa comparativo, constantes do **ANEXO A6**.

**6.5** - Os valores dos itens 10 a 14 foram determinados por meio de planilha de composição de custos, utilizando preços de insumos e composições do SINAPI, referência PERNAMBUCO - ABRIL/2025 (DESONERADO), e preços de distribuidores nacionais, conforme **ANEXO A5**.

**6.6** - O **VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO** para a presente contratação, **totaliza R\$ 49.922,06**, e está composto da seguinte forma: **a)** Parcela Fixa no valor total de R\$ 25.347,06 (parcela única), que corresponde ao somatório dos itens de serviço de adequação das instalações elétricas; e **b)** Parcela Mensal Estimada no valor total de R\$ 24.575,00, que corresponde ao somatório dos itens de locação de nobreaks.

## VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**7.1** - Nesta seção estão descritos os principais itens que deverão compor a solução para atender a necessidade de fornecimento e conservação de equipamentos de energia ininterrupta (nobreak) para as unidades do MPF em Pernambuco.

**7.1.1.** Serviço de locação (outsourcing) de 2 (dois) nobreaks trifásicos de 20 kVA e seus bancos de baterias, contendo suas especificações mínimas (potência, topologia, tensão, fator de potência, autonomia), para a unidade da PR-PE, em Recife.

- 7.1.2.** Serviço de locação (outsourcing) de 1 (um) nobreak monofásico de 5 kVA e seu banco de baterias, contendo suas especificações mínimas (potência, topologia, tensão, fator de potência, autonomia), para a unidade da PRM em Garanhuns.
- 7.1.3.** Serviço de locação (outsourcing) de 1 (um) nobreak trifásico de 12 kVA e de 1 (um) nobreak monofásico de 10kVA e seus bancos de baterias, contendo suas especificações mínimas (potência, topologia, tensão, fator de potência, autonomia), para a unidade da PRM em Caruaru.
- 7.1.4.** Serviço de locação (outsourcing) de 1 (um) nobreak trifásico de 10 kVA e de 1 (um) nobreak monofásico de 5 kVA e seus bancos de baterias, contendo suas especificações mínimas (potência, topologia, tensão, fator de potência, autonomia), para a unidade da PRM em Serra Talhada.
- 7.1.5.** Serviço de locação (outsourcing) de 1 (um) nobreak trifásico de 10 kVA e de 1 (um) nobreak monofásico de 5 kVA e seus bancos de baterias, contendo suas especificações mínimas (potência, topologia, tensão, fator de potência, autonomia), para a unidade da PRM em Petrolina.
- 7.1.6.** Serviço de instalação de 2 (dois) nobreaks trifásicos de 20 kVA e seus bancos de baterias, abrangendo a desinstalação dos nobreaks existentes e adequações das instalações elétricas, para a unidade da PR-PE, em Recife.
- 7.1.7.** Serviço de instalação de 1 (um) nobreak monofásico de 5 kVA e seu banco de baterias, abrangendo a desinstalação dos nobreaks existentes e adequações das instalações elétricas, para a unidade da PRM em Garanhuns.
- 7.1.8.** Serviço de instalação de 1 (um) nobreak monofásico de 5 kVA e seu banco de baterias, abrangendo a desinstalação dos nobreaks existentes e adequações das instalações elétricas, para a unidade da PRM em Garanhuns.
- 7.1.9.** Serviço de instalação de 1 (um) nobreak trifásico de 12 kVA e de 1 (um) nobreak trifásico de 10kVA e seus bancos de baterias, abrangendo a desinstalação dos nobreaks existentes e adequações das instalações elétricas, para a unidade da PRM em Caruaru.
- 7.1.10.** Serviço de instalação de 1 (um) nobreak trifásico de 10 kVA e de 1 (um) nobreak monofásico de 5kVA e seus bancos de baterias, abrangendo a desinstalação dos nobreaks existentes e adequações das instalações elétricas, para a unidade da PRM em Serra Talhada.
- 7.1.11.** Serviço de instalação de 1 (um) nobreak trifásico de 10 kVA e de 1 (um) nobreak monofásico de 5kVA e seus bancos de baterias, abrangendo a desinstalação dos nobreaks existentes e adequações das instalações elétricas, para a unidade da PRM em Petrolina.
- 7.1.12.** Realização de manutenções preditivas e preventivas, conforme cronograma do fabricante;
- 7.1.13.** Realização de manutenções corretivas ilimitadas;
- 7.1.14.** Serviço de troca de peças e baterias de reposição sem custos adicionais;
- 7.1.15.** Prestação de suporte técnico e atendimento 24x7;
- 7.1.16.** Serviço de monitoramento remoto 24x7;
- 7.1.17.** Atualização de firmware;
- 7.1.18.** Treinamento básico para operação e conservação dos no-breaks no início do contrato e anualmente;
- 7.1.19.** Desinstalação dos no-breaks e bancos de baterias no término do contrato;
- 7.1.20.** Descarte de resíduos sólidos e materiais removidos no serviço de adequação das instalações elétricas, conforme legislação vigente e demais condições dispostas no Termo de Referência; as despesas com esse descarte já estão inclusas nos itens 7.1.6 a 7.1.12;

**7.1.21.** A contratada deverá prever na sua proposta todos os custos com fretes, envio de equipamentos, peças e baterias, transporte e despesas de viagens de funcionários;

**7.1.22.** Fornecimento de todas as peças, equipamentos e ferramentas necessárias à prestação dos serviços;

**7.1.23.** Todos os materiais e equipamentos (nobreaks, baterias, armários, painéis, dispositivos de proteção, chaves, seccionadoras, sinalizadores etc.) fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso e não reconicionados ou remanufaturados.

**7.1.24.** O prazo para iniciar o atendimento aos chamados técnicos deverá ser de até 4 (quatro) horas;

**7.1.25.** O prazo para solução dos problemas que causem a indisponibilidade de energia é de até 24 (vinte e quatro) horas, 48 (quarenta e oito) horas ou 72 (setenta e duas) horas, conforme localidade;

**7.1.26.** O prazo para solução dos problemas que não causem a indisponibilidade de energia é de até 10 (dez) dias, contado a partir da abertura do chamado técnico;

**7.1.27.** Às falhas na prestação dos serviços deverão ser aplicadas penalidades, conforme Índice de Medição de Resultados (IMR).

**7.2 -** Além das rotinas discriminadas nos **subitens 7.1**, deverão ser adotadas pela CONTRATADA as recomendações dos fabricantes e as instruções constantes de normas técnicas, indicadas para a elevação da vida útil e melhoria do rendimento dos equipamentos.

**7.3 -** A CONTRATADA deverá zelar pela integridade física das instalações, devendo reportar imediatamente à FISCALIZAÇÃO sempre que forem verificadas infiltrações, corrosões e outras avarias que possam prejudicar o perfeito funcionamento e/ou a vida útil dos equipamentos e suas instalações.

**7.4 -** Todas as peças necessárias ao perfeito funcionamento dos equipamentos estarão inclusos no valor contratado. A CONTRATADA atenderá aos chamados emergenciais da CONTRATANTE de modo a restabelecer o correto funcionamento dos sistemas sempre que necessário, sem custo adicional de mão de obra.

## **VIII – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

**8.1 -** Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de dispensa de licitação, pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e do Sistema de Gestão Administrativa no âmbito do Ministério Público Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e procedimentos que melhor atendam às necessidades da Administração.

**8.2 -** Em quase todos os processos pesquisados, a solução utilizada foi a contratação de empresa para contratação de serviços comuns, sob a forma de execução indireta, sem mão de obra residente. Diante dessa temática, a solução a ser adotada pela unidade ministerial é aderente às encontradas, qual seja, contratação de uma empresa adequadamente autorizada a realizar serviço de instalação e locação (outsourcing) de nobreaks e adequação das instalações elétricas das unidades do MPF em Pernambuco.

**8.3 -** Durante a fase de pesquisa de preços junto à Administração Pública, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é o **Pregão Eletrônico**, que tem como tipo o menor preço, por se tratar de objeto comum onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, conforme se depreende da leitura do inciso XIII do caput do art. 6º da Lei 14.133/2021, conjugada com o artigo 29, parágrafo único, da mesma lei:



"(...)

*XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

(...)"

"Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o [art. 17 desta Lei](#), **adotando-se o pregão** sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado." **grifo nosso.**

#### **8.4 - Da análise da exclusividade ou não da licitação para microempresas e/ou empresas de pequeno porte:**

**8.4.1** - A administração deve fazer a leitura e análise conjugada dos artigos 46, 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

- **Deverá realizar** processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (LC 123/06, Art 48, I);
- **Deverá estabelecer**, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/06, Art 48, III);
- Não se aplica o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte quando:
  - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
  - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
  - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

**8.4.2** - Assim, considerando o valor estimado da presente contratação, acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), bem como a reserva de cota de 25% não ser vantajosa para a Administração, uma vez que restringe a eficiência e segurança da gestão contratual, além da perda da economia de escala, a presente licitação **NÃO** será exclusiva, **NEM** será estabelecida cota para ME/EPP.

**8.5 - Não será permitida a participação de pessoas físicas no certame**, pois a solução exige que o contratado detenha estrutura mínima dotada de equipamentos, instalações e equipe de profissionais capazes de realizar a instalação, comissionamento, manutenção, troca de peças e monitoramento 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7) dos nobreaks, em cinco cidades de Pernambuco com distâncias que chegam a 715 km entre elas. Essa estrutura mínima é essencial para demonstrar a capacidade de cumprir todas as exigências da solução dentro dos prazos de atendimento estabelecidos e garantir a segurança da continuidade das atividades e serviços realizados pelo Ministério Público Federal.

**8.6 - Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio**, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.



**8.7** - Assim, a solução passa pela contratação de empresa, por meio da modalidade **"Pregão Eletrônico"**, **sem exclusividade ME/EPP**, para a prestação de **serviço de instalação e locação (outsourcing) de nobreaks e adequação das instalações elétricas das unidades do MPF em Pernambuco**.

## **IX – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

**9.1** - Nos termos da Súmula nº 247 do TCU, a regra é de que a adjudicação deve ser efetivada por itens, a fim de possibilitar a mais ampla competitividade, salvo se houver justificativas para o agrupamento em lotes ou por preço global. O art. 40, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, também fixa orientação no sentido de que *"O parcelamento não será adotado quando o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido"*.

**9.2** - Nesse sentido, a contratação única dos serviços previstos neste estudo se justifica pelos seguintes motivos:

**9.2.1** - É conveniente que os nobreaks sejam fornecidos por uma mesma empresa. A conveniência deve-se à facilidade na gestão dos equipamentos, no agendamento de intervenções, manutenções periódicas e no fornecimento de peças realizadas por uma única empresa.

**9.2.2** - Ressalta-se que há unidades onde os equipamentos operam de forma complementar/redundante. O sistema elétrico de energia ininterrupta foi desenvolvido de forma que quando um equipamento estiver com a sua operação interrompida outro equipamento poderá suprir energia às cargas, esse é o caso, por exemplo, dos equipamentos instalados nos CPDs da PR-PE (Recife), PRM-Caruaru, PRM-Serra Talhada e PRM-Petrolina. Assim, esse é mais um fator que se aponta a vantagem de uma única empresa fazer a gestão de todos os equipamentos, a responsabilidade de manter a redundância dos sistemas ser de uma única empresa.

**9.2.3** - A gestão dos nobreaks por diferentes empresas poderá tornar o valor de uma futura contratação muito baixo e não ser atraente para possíveis interessados, além disso, fracionar a contratação elevará os custos devido ao pagamento dos custos de administração de cada contrato.

**9.2.4** - Além disso, o não parcelamento da solução evita processos de contratações à parte com gastos adicionais, que posteriormente exigiria maior capacidade técnica e administrativa de gestão/fiscalização, nem sempre disponível.

**9.2.5** - A contratação possui um encadeamento lógico para execução dos serviços, em resumo: inicia-se com o fornecimento dos novos equipamentos, em seguida, realiza-se a adequação das instalações elétricas, depois a desinstalação dos equipamentos em serviço, após esta etapa, é realizada a instalação e o comissionamento dos novos equipamentos, depois inicia-se a operação dos novos equipamentos e, por fim, ocorre o descarte dos resíduos sólidos após adequação das instalações elétricas. Desta forma, infere-se que, caso a solução seja parcelada e cada um desses serviços fique sob responsabilidade de diferentes empresas, aumenta-se o risco de que a contratação não seja realizada ou seja interrompida em razão da inexecução de parte dos serviços por uma das empresas.

**9.2.6** - Por exemplo, a empresa Alfa é vencedora da licitação para realizar o fornecimento

(locação) de um nobreak e a empresa Beta ganha a disputa para instalação do mesmo no-break. A empresa Alfa realiza o fornecimento do nobreak, contudo, a empresa Beta não realiza a sua instalação. Neste caso, será atendida apenas parte da obrigação da contratação e a solução de fornecimento de energia ininterrupta não será concluída, ainda que o equipamento tenha sido fornecido e esteja nas dependências das unidades do MPF. Além disso, a empresa Alfa, que cumpriu a sua parcela da obrigação, terá o direito de receber por este serviço, ainda que o equipamento não esteja em funcionamento, ou seja, haverá custos ao MPF sem benefícios à instituição. Portanto, os serviços da contratação estão interrelacionados e a inexecução de um deles causará impacto ou impedimento para realização da atividade seguinte.

**9.2.7** -Além disso, conforme apontado anteriormente, há unidades onde os nobreaks operam de forma complementar/redundante. O sistema elétrico de energia ininterrupta foi desenvolvido de forma que, quando um equipamento estiver com a sua operação interrompida, outro equipamento poderá suprir energia às cargas. Ressalta-se que, apesar de ser integrado por vários nobreaks, a rede de energia ininterrupta opera como um único sistema. Mantê-lo sob a gestão de diferentes empresas aumentará sua complexidade e a operação mais suscetível a falhas. Acrescenta-se que, por motivos de segurança no trabalho e a fim de evitar a ocorrência de acidentes, quando se trabalha em redes de energia, é conveniente que uma única equipe técnica seja responsável pela execução de todo o serviço. Diferentes equipes técnicas operando de forma concorrente em um único sistema de energia aumentam a chance de choques elétricos acidentais.

**9.2.8** -Do exposto, entende-se que toda a contratação deverá estar sob gestão de uma única empresa. Isso quer dizer que todos os itens (serviços) da contratação deverão pertencer a um único agrupamento, sem possibilidade de parcelamento.

**9.2.9** -Apesar de a contratação não possibilitar o parcelamento dos itens, avalia-se que não deve ser vedada a permissão para subcontratação do objeto, devendo atender às seguintes exigências:

**9.2.9.1** – A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços de locação de nobreak e seus bancos de baterias (**subitens 7.1.2 a 7.1.5**) **em, no máximo, 3 (três) das PRMs**. Contudo, a subcontratação **é vedada para o posto da PRPE (Recife) e para mais 1 (uma) PRM a ser escolhida pela CONTRATADA**. Nesses dois postos específicos, a equipe de manutenção deverá ser composta integralmente por colaboradores do quadro próprio da empresa CONTRATADA.

**9.2.9.2** – A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços de adequação das instalações elétricas (**itens 10 a 14 do quadro constante no subitem 6.2**) em todas as unidades, desde que executada por pessoa jurídica experiente em construção civil ou instalações elétricas, a ser comprovada durante a execução do contrato.

**9.2.9.3** - Subcontratação de partes do objeto não dispensa a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais e contratuais.

**9.2.9.4** - Responderá a CONTRATADA perante a Administração pela parte que subcontratou.

**9.2.9.5** - Os serviços especializados a cargo da empresa SUBCONTRATADA serão coordenados pela CONTRATADA de modo a proporcionar o atendimento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob sua responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.

**9.2.9.6** - A proposta de subcontratação deverá ser apresentada por escrito e, somente após a aprovação da FISCALIZAÇÃO, os serviços a serem realizados pela SUBCONTRATADA poderão ser iniciados.

**9.2.9.7** - Os serviços SUBCONTRATADOS, caso não satisfaçam o projeto, serão impugnados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo à CONTRATADA todo o ônus decorrente de sua reexecução direta ou por empresa devidamente qualificada e capacitada.

**9.2.9.8** - A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE o vínculo contratual formal assinado com a sua SUBCONTRATADA, que terá a obrigação de apresentar comprovação de vínculo empregatício de todos os funcionários que prestarão serviço nas dependências do edifício, cópia do RG de cada funcionário que permanecerá nas dependências do edifício, mesmo que seja para visitas temporárias de fiscalização/vistoria.

**9.2.9.9** - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**9.2.9.10** - A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**9.2.9.11** - O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**9.2.9.11.1** - comprovação pela empresa SUBCONTRATADA, em possuir profissional contratado ou integrante de seu quadro permanente, devidamente habilitado pelo respectivo Conselho de Classe competente e detentor de responsabilidade técnica pela execução de obra ou serviço de características e quantidades compatíveis ao objeto desta licitação, ou seja, Certidão de Acervo Técnico do profissional - CAT, emitida pelo respectivo Conselho de Classe competente, que comprove a anterior execução de serviços, que reúna características similares, qual seja:

- **Serviço de manutenção de nobreak trifásico com potência mínima de 10 kVA por um prazo mínimo de 12 meses contínuos.**

**9.2.9.11.2** – A comprovação do vínculo dos profissionais com a empresa SUBCONTRATADA dar-se-á mediante: (A) apresentação da CTPS do profissional, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso do profissional ser funcionário da empresa subcontratada; ou (B) apresentação do contrato social e/ou ata de eleição da diretoria, no caso do profissional pertencer ao quadro societário da empresa subcontratada; ou (C) apresentação do contrato de prestação de serviços ou (D) declaração de compromisso de vinculação contratual futura, quando o profissional não for integrante do quadro permanente da empresa subcontratada.

**9.2.9.12** - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**9.2.9.13** – Apenas os **itens 10 a 14 do quadro constante no subitem 6.2** (readequação das instalações elétricas), poderá haver a subcontratação em todas as 05 (cinco) unidades objeto dessa contratação.

**9.2.10** -Conforme exposto anteriormente, a gestão da contratação deverá ser mantida sob responsabilidade de uma única empresa, contudo, isto não impede que a empresa contratada terceirize esses serviços por meio de subcontratação, desde que permaneça sob sua responsabilidade a obrigação de fornecer a solução completa.

**9.3** – Portanto, **a contratação se dará por LOTE**, uma vez que os serviços se relacionam e complementam-se, de forma que sua divisão causaria prejuízo para o conjunto e qualidade do serviço, além de perda de economia de escala, o que impõe a contratação por conjunto de serviços.

## **X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**10.1** - Através da solução definida neste Estudo Técnico para fornecimento e conservação de equipamentos de energia ininterrupta (nobreaks) para as instalações elétricas das unidades do MPF em Pernambuco, espera-se a obtenção dos melhores resultados em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

**10.2** - Neste sentido, espera-se o alcance pleno do atendimento das necessidades e requisitos legais, funcionais, de segurança, da preservação de patrimônio e dos recursos públicos do MPF elencados ao longo deste Estudo.

## **XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

**11.1** - As providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato são as seguintes:

**11.1.1** - Realizar ou continuar a contratação de serviços de manutenção elétrica e/ou predial para todas as unidades do MPF em Pernambuco.

**11.1.2** - Realizar ou continuar a contratação de serviços de manutenção de ar condicionado para todas as unidades do MPF em Pernambuco.

**11.1.3** - Realizar ou continuar a contratação de serviços de manutenção de gerador para as unidades da PR-PE e PRM-Caruaru.

## **XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

**12.1** - Guardam relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida as seguintes contratações:

**12.1.1** - Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização;

**12.1.2** - Prestação de serviços de manutenção de ar condicionado;

**12.1.3** - Prestação de serviços de manutenção elétrica e/ou predial;

**12.1.4** - Prestação de serviços de supervisão e controle predial.

## **XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS**

**13.1** - Os possíveis impactos ambientais com a contratação são:

**13.1.1** - Consumo excessivo e desnecessário de energia elétrica por falta de monitoramento ou diagnóstico das instalações ou por utilização de materiais ou equipamentos com elevado consumo;

**13.1.2** - Contaminação ou liberação de substâncias nocivas por armazenagem, transporte ou descarte inadequado de componentes, pilhas, baterias e óleo lubrificante de máquinas.

**13.2** - As medidas para evitar tais impactos ambientais estão em consonância com o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF e foram tratadas no item **3.10.1 - Perspectiva Ambiental**.

**13.3** - A CONTRATADA deverá ainda atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previsto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

## **XIV – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A fiscalização da prestação dos serviços envolve o acompanhamento de equipe multidisciplinar e requer a participação de setores diversos em suas etapas, assim divididos:

**14.1** - O “Item 1” até o “Item 9”, relativos ao serviço locação (*outsourcing*) dos equipamentos, serão acompanhados e fiscalizados pela Coordenação Administrativa de cada unidade.

**14.2** - O “Item 10” até o “Item 14”, relativos ao serviço de adequação das instalações elétricas, remoção e instalação de nobreaks e seus bancos de baterias, serão fiscalizados pela Divisão de Engenharia e Arquitetura (DEA/PRPE).

**14.3** - O “Item 10” até o “Item 14”, relativo à remoção e desfazimento dos atuais nobreaks de patrimônio da Contratante, serão fiscalizados pela SELOG e Coordenação Administrativa de cada unidade.

## **XV – PAGAMENTO**

**15.1** - O pagamento inicial do contrato poderá realizado por etapas, da seguinte forma:

**15.1.1** - Os itens 10 a 14 do quadro disposto no subitem 6.2 poderão ser faturados pela empresa, após aceite e aprovação pela Divisão de Engenharia e Arquitetura (DEA/PRPE);

**15.1.2** - Os itens de 1 a 9 do quadro disposto no subitem 6.2 terão o seu primeiro faturamento após o decurso de 30 (trinta) dias, após o aceite da instalação dos nobreaks e início do seu

funcionamento, e estão condicionados à entrega de: relatório de monitoramento remoto 24x7 (item 7.1.16); relatório de manutenção corretiva ou de apoio técnico se houver (item 3.4.3);

**15.1.3** – A critério da Contratante, o primeiro faturamento (item 15.1.2) poderá ocorrer em prazo inferior a 30 dias, cujo valor será “*pró-rata*”, proporcional aos dias de efetivo funcionamento;

**15.2** - O pagamento mensal dos itens 1 a 9 do quadro disposto no subitem 6.2 ocorrerá da seguinte forma:

**15.2.1** – A critério da Contratante, os pagamentos mensais serão realizados por uma única Nota Fiscal ou com Notas Fiscais separadas para cada unidade, e levará em consideração o Índice de Medição de Resultados (IMR);

**15.2.1** – Os pagamentos mensais de cada unidade estão condicionados à entrega de: relatório de monitoramento remoto 24x7 (item 7.1.16); relatório de manutenção corretiva/apoio técnico se houver (item 3.4.3); relatório de manutenção preventiva e/ou preditiva, quando o mês coincidir com o calendário de manutenções pelo cronograma do fabricante (item 3.4.3 e 7.1.12).

## XVI – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidenciou que a contratação de serviço de instalação e locação (outsourcing) de nobreaks e adequação das instalações elétricas das unidades do MPF em Pernambuco **é viável** do ponto de vista técnico e econômico, e contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal, desde que sejam adotadas as premissas descritas neste documento, pois:

- É prevista no Plano Anual de Contratações 2025, documento PRPE-D0001/25.
- Está em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do MPF (2022-2027);
- Há no mercado empresas com capacidade técnica para atender o escopo da contratação pretendida.

## XVII – DOCUMENTOS ANEXOS

- ANEXO A1 - Levantamento de cargas;
- ANEXO A2 - Relatório fotográfico;
- ANEXO A3 - Projeto elétrico;
- ANEXO A4 - Caderno de Especificações e Encargos;
- ANEXO A5 - Planilha de Formação de Preços;
- ANEXO A6 – Relatório de Pesquisa de Preços;
- ANEXO A7 – Mapa de Riscos.

Recife, 10 de novembro de 2025.

### MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

**ITALO YURE BRAGA ARRUDA**

CHEFE DE DIVISÃO  
DIEL/SUBENG/SEA



**JOEL FERREIRA DE ANDRADE**  
COORDENADOR DA PRM CARUARU  
SETOR DEMANDANTE/PRPE

**TAMIRES NEVES SOARES**  
COORDENADOR DA PRM GARANHUNS  
SETOR DEMANDANTE/PRPE

**FABIANO ANTUNES DE OLIVEIRA**  
COORDENADOR DA PRM SERRA TALHADFA  
SETOR DEMANDANTE/PRPE

**FRANCISCO DE ASSIS FREITAS SOBRINHO**  
COORDENADOR DA PRM PETROLINA  
SETOR DEMANDANTE/PRPE

**FÁTIMA BATISTA DA COSTA SILVA**  
SETOR CONSULTIVO - DEA/PRPE

**MACSON RODRIGUES DE SOUZA**  
ANALISTA MPU/PERITO ENG<sup>a</sup> ELÉTRICA/SETOR  
CONSULTIVO

**RUBINALDO CABRAL SARAIVA**  
CA/PRPE

**IZAHILTON MENDES GUIA JÚNIOR**  
DICGC/PRPE

**MARCOS AMORIM DE MORAIS**  
DEOF/PRPE

**ALCIONE MARTINS DA SILVA**  
COORD. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO/PRPE

#### **APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE**

APROVO O PRESENTE ETP E ESTABELEÇO O PRAZO DE 10 DIAS COMO LIMITE PARA CONFECCÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA ÁREA DEMANDANTE, COM APOIO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO (ART.27, IN Nº 05/2017/MPDG).

**PATRÍCIA GONÇALVES ALMEIDA TESCH**  
SECRETÁRIA ESTADUAL/PRPE



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00072652/2025 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 25-2025**

.....  
Signatário(a): **ALCIONE MARTINS DA SILVA**

Data e Hora: **10/11/2025 18:00:18**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **FABIANO ANTUNES DE OLIVEIRA**

Data e Hora: **10/11/2025 18:12:22**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **JOEL FERREIRA DE ANDRADE**

Data e Hora: **10/11/2025 18:22:41**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **IZAHILTON MENDES GUIA JUNIOR**

Data e Hora: **10/11/2025 18:33:32**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **TAMIRES NEVES SOARES**

Data e Hora: **10/11/2025 18:43:45**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **RUBINALDO CABRAL SARAIVA**

Data e Hora: **10/11/2025 18:47:42**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **MARCOS AMORIM DE MORAIS**

Data e Hora: **10/11/2025 19:00:44**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **FRANCISCO DE ASSIS FREITAS SOBRINHO**

Data e Hora: **10/11/2025 20:04:53**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **FATIMA BATISTA DA COSTA SILVA**

Data e Hora: **11/11/2025 08:33:22**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **PATRICIA GONCALVES ALMEIDA TESCH**

Data e Hora: **11/11/2025 14:32:26**

Assinado com login e senha

---



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Signatário(a): **ITALO YURE BRAGA ARRUDA**

Data e Hora: **11/11/2025 17:31:45**

Assinado com login e senha

---

Signatário(a): **MACSON RODRIGUES DE SOUZA**

Data e Hora: **13/11/2025 08:15:43**

Assinado com login e senha

---

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 035b5774.0f7fcfd8.e46bc6c3.225a6a9e